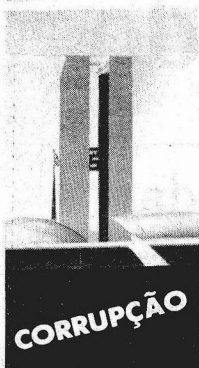


Roriz abre inquérito para investigar Fábio Simão



Uma Comissão de Inquérito Administrativo irá apurar, dentro de 60 dias, os fatos relacionados com as denúncias de tráfico de influências praticadas pelo secretário particular do governador Roriz, Fábio Simão, afastado do cargo desde segunda-feira passada. O decreto que cria a comissão foi assinado ontem pelo governador e foi publicado no *Diário Oficial* do DF que circula hoje. O trabalho da comissão será o de confirmar ou não a participação do ex-secretário nos fatos denunciados por integrantes da CPI que apura a corrupção no Orçamento da União.

Para presidir a Comissão o governador designou o procurador-geral do Distrito Federal, Alfredo Henrique Rebello Brandão. Também fazem parte do grupo de apuração, o delegado de polícia Marcus Antonio Silva e o diretor do Centro de Assistência Judiciária (CEAJUR), Archimedes Machado Cunha. Segundo Brandão, o grupo poderá sugerir a participação de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) durante a apuração.

O governador pediu "precisão e rapidez" no esclarecimento das denúncias que envolvem o seu secretário particular. O afastamento de Fábio Simão de suas funções foi decidido por Roriz, que somente irá exonerá-lo se as acusações forem confirmadas. A Comissão poderá ter o prazo de investigação adiado por mais dois meses, além do inicial, "se a matéria exigir".

Ligação — As investigações da Secretaria de Segurança Pública sobre a ligação de Fábio Simão com Leonilson Salvador Silva, dono da empresa de Táxi Aéreo Via Brasil, iniciadas no dia 22 de outubro passado prosseguem. Ontem, o delegado José Augusto de Oliveira, assessor

jurídico da Secretaria, disse que está aguardando um relatório do Centro de Inteligência do órgão para dar início à fase de depoimentos. Já foi enviado um ofício à CPI do Orçamento solicitando cópias das fitas onde estão gravadas as conversas de Simão com Leonilson Silva.

"A investigação é feita por órgão subordinado ao secretário de Segurança, coronel João Manoel Brochado. Ao receber relatório é que irei apresentar os procedimentos", disse José Augusto de Oliveira, afirmando também que "nem sei se Fábio Simão é servidor". O secretário particular, afastado desde segunda-feira passada pelo governador Joaquim Roriz, não é do quadro do GDF, tem um cargo comissionado, de "natureza especial".

CPI — A instalação de uma CPI para apurar denúncias contra o ex-secretário do governador Joaquim Roriz, Fábio Simão, acusado de participar de uma rede de tráfico de influências que atuava no DF, foi o principal alvo das discussões da sessão de ontem na Câmara Legislativa. O deputado Agnelo Queiroz (PC do B) lamentou o fato de a bancada governista resistir em assinar o pedido de abertura da CPI e apresentou um dado novo para tentar convencer os parlamentares. Segundo ele, um dos envolvidos no esquema de corrupção, o empresário Alcides Ferreira, da Sainel-Indústria e Comércio Ltda vendeu à Fundação Hospitalar aparelhos de bioquímica a preços superfaturados e sem licitação pública.

Ao defender o GDF, o deputado Gilson Araújo (PP) pediu a todos "muita coerência e sabedoria" na hora de decidirem sobre investigações. Segundo ele, não se pode incorrer no erro de pré julgar as pessoas. "Creio que só depois de conhecermos o conteúdo das fitas teremos condições de decidir qualquer coisa". O líder do Governo na Câmara, Edimar Pirineus (PP), voltou a frisar que a abertura de uma CPI é precipitada, já que "não há provas contra ninguém".